



**ACÓRDÃO Nº 915/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11618/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Anamã
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Sebastiao Sampaio do Nascimento (Ordenador de Despesa), Francisco Nunes Bastos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Giovana da Silva Almeida - OAB/AM N. 12197
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4226/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Anamã. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Regularidade. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Francisco Nunes Bastos**, responsável pela Câmara Municipal de Anamã, exercício de 2017, período de 31/03/2017 a 31/12/2017, com fundamento no art. 1º, inciso II e art. 22, inciso II da Lei nº 2.423/96 (L.O. do TCE/AM) c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso II, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar regular** a Prestação de Contas do **Sr. Sebastiao Sampaio do Nascimento**, com base no art. 1º, inciso II e art. 22, inciso I da Lei nº 2.423/96 (L.O. do TCE/AM) c/c art. 188, inciso II; §1º, inciso I, estes da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Francisco Nunes Bastos** no valor de **R\$ 2.000,00**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o



**ACÓRDÃO Nº 915/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Dar ciência aos Srs. Francisco Nunes Bastos e Sebastião Sampaio do Nascimento**, bem como a seus patronos, sobre o decidido.

**11- Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 10 de Setembro de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**

Auditor-Relator

**EVELYN FREIRE DE CARVALHO**

Procuradora-Geral, em substituição